



CARMO SOUSA MACHADO SÓCIA E PRESIDENTE DA ABREU ADVOGADOS

“Em 2017, a nossa facturação foi de 25 milhões de euros”

A completar 25 anos, a prioridade da Abreu Advogados é consolidar a posição que mantém no mercado português de advocacia, sublinha a sócia e presidente desta firma, Carmo Sousa Machado.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Carmo Sousa Machado completa este mês um ano de exercício enquanto presidente do conselho de administração da Abreu Advogados, sociedade que foi criada há 25 anos. Os desafios do cargo, a advocacia em regime societário e a estratégia de desenvolvimento do escritório serviram de mote a uma conversa com o Negócios, em que a advogada revelou que a sua firma facturou no ano passado 25 milhões de euros.

Tem tempo para, em simultâneo, ser presidente de uma sociedade de advogados e para exercer advocacia?

A minha profissão é a advocacia. É isso que sei e gosto de fazer. Portanto, todas e quaisquer outras funções, e centrando-me no cargo de presidente do conselho de administração, são exercidas além do meu trabalho diário como advogada e como responsável pela área de direito do trabalho.

Foi assim quando exerceu funções de “managing partner” (sócio-gestor)?

Já exerci funções de “managing partner”, em 2004, mas a estrutura da Abreu era mais pequena. Nessa altura, por diversas vicissitudes, tive de me afastar muito da minha prática de advogada. Não quis que isso se repetisse agora.

Porque é que agora se torna possível que isso não se repita?

Porque hoje em dia temos na Abreu Advogados uma estrutura completamente profissionalizada ao nível das áreas de suporte. O que an-

tes era feito com o trabalho extra dos sócios, hoje não acontece. Há pessoas com competências em cada uma das áreas de suporte, e muitas delas são mulheres. A direcção financeira tem uma mulher à frente, tal como o marketing e a comunicação e igualmente nos recursos humanos. Ou seja, temos pessoas com competência à frente das diversas áreas de suporte. Além disso temos um conselho de administração e temos uma comissão executiva, que é, no fundo, a entidade que leva os assuntos da gestão diária e corrente para frente.

A Abreu está no 25.º ano de existência. Que estratégia desenhou a sociedade relativamente ao reforço da sua posição no mercado português da advocacia?

A aposta é consolidar a nossa posição no mercado da advocacia portuguesa, que hoje em dia é absolutamente inquestionável. Não deixamos de estar atentos a oportunidades que surjam. Crescer não é necessariamente uma prioridade, mas está sempre presente nos nossos planos. Aquilo que não queremos é crescimentos não pensados. As nossas decisões são ponderadas, assumindo às vezes alguns riscos, mas felizmente temos dado bem.

A actual situação do país, em termos do trabalho que é pedido aos prestadores de serviços jurídicos, justifica a aposta de reforço ou mesmo de manutenção da estrutura de uma sociedade como a Abreu?

Sobretudo em 2017, e 2018 vai na mesma linha de crescimento, notou-se uma economia mais pujante. Hoje em dia estamos numa fase de maior investimento. As áreas de



M&A, turismo, imobiliário, financeiro e laboral têm registado muito trabalho. Depois há também a área da propriedade intelectual, que por causa do novo regulamento europeu de protecção de dados, que entra em vigor a 25 de Maio, tem suscitado muitas solicitações. Essa foi uma das áreas em que investimos fortemente, com a integração de uma equipa em Maio de 2017. Felizmente, porque estamos sem mãos a medir com as solicitações que nos chegam.

A internacionalização continua a ser uma das vossas apostas?

Mantemos e temos muito trabalho também a esse nível com os nossos parceiros, em Angola, Cabo Verde e Moçambique. Mas também em Timor-Leste, em Macau e no Brasil.

Qual é a expressão do trabalho internacional na facturação da sociedade?

É uma facturação já com alguma expressão, sobretudo em África. Nota-se um crescimento grande em Moçambique. Angola, pelas razões conhecidas, tem atravessado algumas vicissitudes. Mas em Moçambique, a operação tem estado a correr muitíssimo bem.

A Abreu foi a primeira sociedade de advogados portuguesa a tornar públicos os valores da sua facturação. É uma política para manter? Quanto é que facturaram no ano passado?

Em 2017, a nossa facturação foi de 25 milhões de euros. Nós temos-nos pautado pela transparência. Achamos que esse é o caminho.



As sociedades de advogados como a Abreu funcionam como verdadeiras empresas. Não é possível gerir uma casa com 300 trabalhadores de forma amadora e informal.



Miguel Baltazar

“Pessoalmente, não sou partidária de quotas de género”

Do universo interno da Abreu Advogados, 178 colaboradores pertencem ao género feminino e num universo de 300 pessoas, 60% dos colaboradores são mulheres. Num total de 28 sócios, dez são mulheres. Entre estes está Carmo Sousa Machado. Numa altura em que a questão da paridade nos lugares de topo tem estado em debate, a presidente do conselho de administração desta firma de advogados diz que na sua organização este problema não se coloca.

São mesmo necessárias quotas para que as mulheres na sociedade portuguesa, e em particular na advocacia, cheguem a lugares de topo?

Na Abreu, isso nunca foi preciso. Fui a primeira sócia. Na altura, havia quatro sócios homens e depois entrei eu. Em termos de percentagem não era mau.

No conjunto das maiores sociedades de advogados, as lideranças continuam a ser sobretudo atribuídas a homens.

As maiores sociedades, com excepção da Abreu, são já sociedades em segunda geração. Portanto, ainda trazem um grande lastro do passado. E a advocacia já foi eminentemente uma profissão masculina. Isso já não acontece hoje em dia. Já no tempo da minha faculdade, formei-me em 1990, havia mais mulheres. Hoje, é indiscutível nas faculdades de Direito enveredarem pela carreira de advogado ou mesmo pelas magistraturas.

É uma questão de tempo. Mas a questão é se nós temos tempo para dar a esse tempo.

E temos tempo?

Pessoalmente, não sou partidária de quotas de género, mas reconheço que definir quotas pode ser inevitável, sob pena de isto nunca mais andar. Acho que uma coisa não se confunde com a outra em termos de mérito.

O mérito, na prática, tem de estar lá sempre. Não é verdade?

O mérito tem sempre de lá estar. A questão é que também devem ser dadas oportunidades a homens e mulheres de conseguirem concorrer a determinados cargos e posições. Depois, já é com as mulheres se querem ou não concorrer e se lhes interessa ou não enveredar por aí. Na advocacia, por exemplo, temos pessoas que gostam mais do tribunal e outras que gostam de estar em “back office” e a preparar pareceres.

Esta realidade já chegou a outros sectores...

Isto em Portugal já começou a acontecer ao nível do sector empresarial do Estado. Nas empresas cotadas, ainda que a dois tempos, mas vai acontecer. Na política, também está a acontecer. Diria que nas sociedades de advogados a oportunidade está lá. Agora que ainda há poucas mulheres nos lugares de topo ao nível das sociedades de advogados, isso é uma evidência. Na Abreu, cerca de um terço dos nossos sócios são mulheres. ■



E qual é o caminho para o conjunto das sociedades de advogados portuguesas? Como vê a evolução do sector?

As sociedades de advogados continuam a representar uma parte pequena daquela que é a realidade da advocacia em Portugal, mas diria, naturalmente, que há lugar para todos. Não prevejo grandes alterações. Haverá eventualmente algumas mudanças no mercado com a entrada das auditorias. E admitimos que essa realidade poderá promover algumas alterações.

A Abreu admite vir a associar-se a alguma auditoria?

Não tomámos nenhuma decisão sobre isso. Estamos atentos ao evoluir da situação. Mas falando das sociedades que integram o grupo das

maiores, hoje funcionam como verdadeiras empresas. Estão completamente profissionalizadas. A Abreu tem cerca de 300 colaboradores. Não é possível gerir uma casa com 300 colaboradores de uma forma amadora e informal.

Outra realidade que as sociedades têm pela frente é a chamada inteligência artificial. Quais são os desafios que acarreta?

Se me perguntar se os advogados vão acabar e vão ser afastados? A resposta é não. De todo. É um processo que já não tem volta atrás. A inteligência artificial é inevitável, mas não a considero uma ameaça à advocacia. Será alguma coisa que nos vai ajudar a prestar um melhor serviço, mais rapidamente e com menos custos para o cliente. ■

PERFIL

Na liderança e na advocacia

É desde há um ano presidente do conselho de administração da sociedade Abreu Advogados, firma a que está ligada enquanto sócia desde 1999. Especialista em direito do trabalho, Carmo Sousa Machado faz questão de não se desligar da prática da advocacia, apesar das exigências colocadas pela função de liderança da sociedade. Recentemente, foi considerada uma das dez advogadas mais influentes de Portugal pela revista “Iberian Lawyer”.